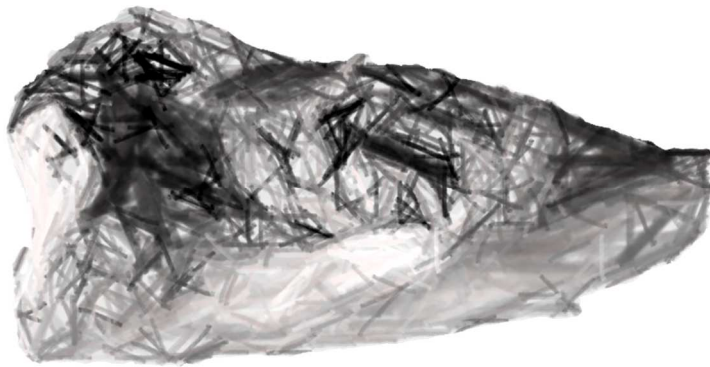


*SCIENTIA ANTIQUITATIS*



Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Dezembro de 2019

Volume: 2/ 2019

Capa: Fragmento de mandíbula da Anta da Casa da Moura (©Daniela Anselmo)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

## **Carta Arqueológica da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa 106 anos depois de Francisco Tavares de Proença Júnior<sup>1</sup>**

João CANINAS<sup>1</sup>  
Francisco HENRIQUES<sup>2</sup>  
Pedro SALVADO<sup>3</sup>  
Mário CHAMBINO<sup>4</sup>

### **Resumo**

Francisco Tavares de Proença Jr (1883 - 1916) marcou a arqueologia albacastrense ao publicar em 1910 a primeira carta arqueológica distrital, correspondente a 11 municípios, tendo legado, desse modo, o conhecimento que obteve em curto período de oito anos. Nos pouco mais de 100 anos passados sobre essa data, sucederam-se inúmeros investigadores focados em temas específicos ou em áreas menores.

Caracterizam-se os inventários de sítios arqueológicos em 1910 e em 2016 nos cinco concelhos do antigo distrito de Castelo Branco que integram a actual Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, área de trabalho tradicional da Associação de Estudos do Alto Tejo, tendo como fontes de referência a publicação de Proença Jr e a base de dados Endovélico, da Direcção Geral do Património Cultural.

**Palavras-chave:** Inventário arqueológico, Francisco Tavares de Proença Jr, Beira Baixa

### **Abstract**

Francisco Tavares de Proença Júnior marked the archeology of Castelo Branco by publishing in 1910 the first district archaeological charter in 11 municipalities, and thus bequeathed the knowledge he obtained in

---

<sup>1</sup> Projecto de Investigação Mesopotamos (Povoamento do 5º ao 1º milénio a.C. entre o Tejo e o Zêzere na actual Beira Baixa), Campo Arqueológico de Proença-a-Nova (CAPN), Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT), CHAIA – Universidade de Évora, emerita.portugal@gmail.com

<sup>2</sup> Projecto de Investigação Mesopotamos, CAPN, AEAT, fjrhenriq@gmail.com

<sup>3</sup> Museu Arqueológico Municipal José Monteiro (Fundão), Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior, pedro-salvado@hotmail.com

<sup>4</sup> AEAT e Associação Raia eventos, mario.chambino@gmail.com

a short period of eight years. In just over 100 years on that date, there have been many researchers focused on specific themes or in smaller areas.

The archaeological inventories of 1910 and 2016 are characterized in five municipalities of the old district of Castelo Branco that integrate the present Intermunicipal Community of Beira Baixa, having as reference sources the publication of Proença Jr and Endovelico database (General Directorate of Cultural Heritage).

**Keywords:** Inventário arqueológico, Francisco Tavares de Proença Jr, Beira Baixa

## Introdução

A Arqueologia na região de Castelo Branco continuará por muito tempo indelevelmente marcada pela acção de Francisco Tavares de Proença Júnior (1883-1916), um investigador competente, informado, multifacetado e inovador, cuja excepcionalidade tem vindo a ser justamente valorizada, através, nomeadamente, da reorganização do seu espólio museológico em exposição permanente (Ferreira, 2004), de estudos biográficos (Dias, 1972; Fabião, 2004; Antunes, 2008; Cardoso, 2010; Martins, 2016), da reedição de trabalhos, como é o caso da carta arqueológica distrital, de inéditos textuais (Salvado, 1978) e imagéticos das suas investigações (Vilaça, 2016), da revista *Materiaes*, cuja 3ª série foi iniciada em 2016 (Salvado e Baptista)<sup>ii</sup>, e em sucessivos actos comemorativos, e acções tendentes a manter vivo a herança científica e patrimonial do fundador do Museu de Castelo Branco, organizadas pela Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares de Proença Júnior (SAMFTPJr), incluindo dois congressos internacionais (AA VV, 2010, 2016).

A faceta do seu trabalho que nos interessa realçar corresponde ao inventário arqueológico, publicado em 1910 (no ano da implantação da República), na forma de notícia explicativa e cartografia, nos 11 concelhos do distrito de Castelo Branco, através do qual nos legou, de modo urgente e avisado - tendo em conta a sua curta vida e morte prematura -, a informação que adquiriu em pequeno período de intenso labor, conforme refere: "*conteem estas poucas paginas o resumo estreme dos meus apontamentos de oito annos de trabalho...*" (Proença Jr, 1910).

Trata-se de um marco na Arqueologia desta região, não igualado até ao momento, naquela escala e um extraordinário feito atendendo aos meios da época, em termos de mobilidade e de acessibilidades, e ao facto de corresponder a uma acção solitária, sem o apoio e a multiplicação de trabalho que uma equipa especializada poderia proporcionar. Esse labor não foi igualado, como se disse, porque os investigadores que se sucederam nesta região focaram a atenção em áreas territoriais relativamente menores ou em temas específicos, como foi o caso do megalitismo (Leisner, 1998), da Idade do Bronze (Coffin, 1976) ou da romanização (Alarcão, 1988).

Entendemos, por isso, ser pertinente e oportuno pôr em evidência este importante legado e caracterizar a situação do inventário arqueológico, público, chegados ao ano de 2016, sem pretensões comparativas. Aliás, comparar os resultados obtidos por Proença Jr, em oito escassos anos, com os trabalhos das dezenas de investigadores que se sucederam na mesma região nos 106 anos seguintes só beneficiaria o primeiro. Refira-se, contudo, que após o desaparecimento de Proença Jr (1903-1910) à excepção dos trabalhos desenvolvidos por Manuel de Paiva Pessoa (1877-1941), continuador dos desígnios da instituição museal albicastrense criada pelo jovem arqueólogo (Garcia, 1974), teremos de esperar pelo inovador projecto de escavações, de investigações e de musealização, iniciado em meados da década de 50 do século XX, centralizado em Idanha-a-Velha

e arredores por D. Fernando de Almeida e O. da Veiga Ferreira (Henriques *et al*, 2015), para que a pesquisa arqueológica seja retomada de modo significativo e com maior vigor apenas a partir dos anos 70 do séc. XX, o que significa que grande parte desta centúria foi caracterizada por uma grande apatia nas coordenadas de investigação arqueológica.

Do último quartel do séc. XX até ao presente, o mais persistente esforço de actualização, generalista, da cartografia arqueológica nesta região, especificamente em cinco dos 11 municípios do antigo distrito, e que por ordem alfabética, que não a da sua importância, são Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão (**Figura 1**), deve-se às equipas da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT). É em referência a essa experiência que pomos em confronto a situação actual com a documentada por Proença Jr apenas nesses cinco municípios que integram, juntamente com Penamacor, a actual Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB), e os mesmos que formam, juntamente com Nisa, o Geoparque Naturtejo.

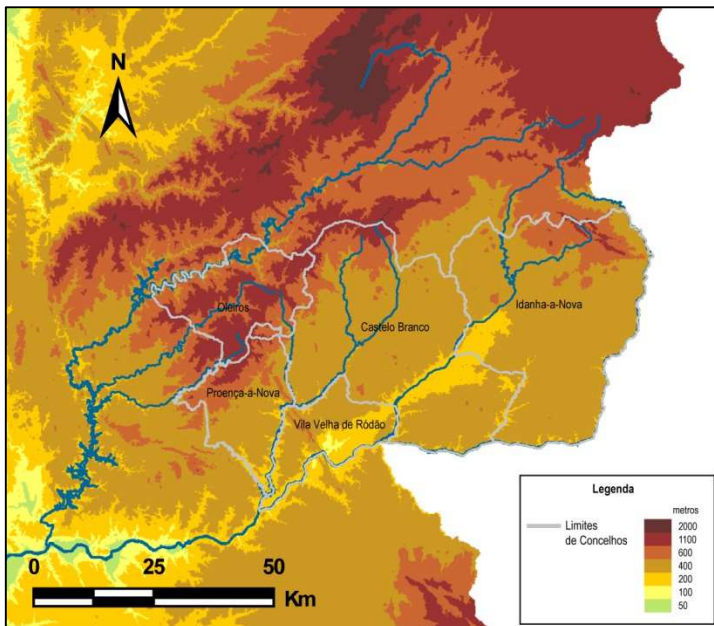


Figura 1. Área de incidência dos inventários de 1910 e de 2016, sobre mapa hipsométrico com delimitação dos municípios de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão. (crédito: [www.guiadeportugal.pt](http://www.guiadeportugal.pt))

Evitámos, por isso, caracterizar os resultados obtidos por outros investigadores, em municípios onde não actuamos, embora tal exercício pudesse ser feito naqueles que dispõem de inventários publicados, como são os casos de Penamacor (Ferro, 2017), Sertã (Batata, 1998) e Vila de Rei (Batata e Gaspar, 2013) ou em curso de elaboração com publicação de resultados preliminares, caso do Fundão (Rosa e Bizarro, 2013). Em Belmonte, depois do contributo de António Marques (Marques, 2000) não foram publicadas novas sínteses embora a carta arqueológica municipal tenha sido redefinida para exposição no Museu do Território (2017). Para o período romano foi publicado um inventário actualizado que abrange parcialmente os concelhos de Belmonte, Covilhã, Fundão e Penamacor (Carvalho, 2007). Desconhecemos a situação do inventário arqueológico geral no concelho da Covilhã, datando de 1980 uns auspiciosos *Subsídios para a carta arqueológica do concelho da Covilhã*, para o período romano, a que se seguiria um trabalho relativo a arqueossítios pré e proto-históricos inventariados pela então Associação de Defesa do Património Cava Juliana (Plácido e Marques, 1980).

Também optámos por caracterizar a situação do inventário arqueológico em 2016 com base no Endovélico, da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), por se encontrar em acesso público, embora cientes do facto de se dispor na AEAT de um acervo superior, pelo menos em quatro dos cinco municípios em apreço (**Tabela 1**), também pelo facto dessa informação, em parte inédita ou reduzida a relatórios, se encontrar em fase de preparação para publicação, como são os casos, na sequência indicada, das cartas arqueológicas dos municípios de Proença-a-Nova, Oleiros e Vila Velha de Ródão.

Entre o inventário legado por Proença Jr e a situação existente em 2016, no Endovélico e na AEAT, existe uma divergência significativa; parte dos sítios elencados por aquele investigador não constam nos inventários actuais, por não terem sido reconhecidos ou por terem desaparecido, como são os casos de parte das necrópoles

dolménicas da Atalaia e do Ponsul e das antas de Medelim e de Escalos. Por outro lado, o registo de Proença Jr termina cerca do séc. V d. C. enquanto os actuais atingem o séc. XIX com a inclusão, por exemplo, das estruturas militares coevas da Guerra Peninsular (Vicente, 2007).

Municípios		Inventários e bases de dados de sítios arqueológicos					
		Proença Jr (1910) excluindo achados móveis		Endovélico - DGPC (2016)		AEAT (2016) incluindo inéditos	
Identificação	Área (km <sup>2</sup> )	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km <sup>2</sup> )	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km <sup>2</sup> )	Quantidade	Densidade (sítios/10 Km <sup>2</sup> )
Castelo Branco	1438	160	1,1	271	2	207	1
Idanha-a-Nova	1413	44	0,3	569	4	590	4
Oleiros	466	0	0,0	27	1	102	2
Proença-a-Nova	395	10	0,3	102	3	250	6
Vila Velha de Ródão	330	36	1,1	399	12	490	15
<b>Totais</b>	<b>4042</b>	<b>250</b>	<b>0,6</b>	<b>1368</b>	<b>3</b>	<b>1639</b>	<b>4</b>

Tabela 1. Quantidades de sítios nos inventários de Proença Jr, DGPC e AEAT

### 1. Inventário em 1910

Francisco Tavares de Proença Júnior estabeleceu uma grelha tipológica baseada em seis diferentes categorias de sítios ou ocorrências imóveis (indicam-se as respectivas quantidades): *estações neolíticas* (sete); *antas* (86); *túmulos*, isto é, *mamoas* (oito); *castros* (30); *estações romanas* (81); *sepulturas escavadas na rocha* (121). Os achados móveis que elegeu na carta arqueológica são de quatro tipos (nas quantidades dissociam-se os que integram o museu municipal dos que pertencem a outras colecções): *machados de pedra* (1121 mais 12); *machados de bronze* (16 mais oito), *inscrições* (20 mais oito) e *moedas* (320 mais 801). A diversidade de sítios é baixa quando comparada com o actual *thesaurus* do Endovélico.



Como outras opções metodológicas deve referir-se que Proença Jr optou por terminar o seu inventário no séc. V d. C., embora inclua as *sepulturas escavadas na rocha*, por as considerar anteriores à Idade Média, e colocou, a par, sítios e achados móveis, com destaque para os *machados de pedra* (inclusas as enxós e outros tipos de instrumentos em pedra polida) que formam o maior contingente do seu acervo museológico. Não incluiu sítios com arte rupestre nem explorações mineiras, embora refira estas categorias na memória descritiva por localidades. Quanto aos lagares rupestres, cuja abundância reconhece (Proença Jr, 1910), optou por não os dissociar das *estações romanas*.

Pode referir-se como principal deficiência deste inventário a redução de todas as ocorrências, sítios e achados móveis, às localidades mais próximas, sejam sedes de concelho, de freguesia ou povoações, embora à data já existisse cartografia militar com elevado rigor de representação. Admitimos que terá sido uma opção prudente resultante de não ter visitado (presunção nossa) a grande maioria dos sítios arqueológicos que elenca. E essa dificuldade seria maior na georeferenciação dos achados móveis.

Entre as notáveis ausências neste inventário estão os sítios com arte rupestre e os sítios paleolíticos. Essas lacunas, não se devem a desconhecimento mas certamente à insensibilidade dos seus informantes para o reconhecimento dessas realidades e à falta de oportunidade do próprio para a identificação desse tipo de sítios. A referência a covinhas na tampa da Anta Grande de Medelím "*com a taca completamente coberta de fossetes e de um desenho prehistorico*", por exemplo, o conhecimento científico-bibliográfico que possuía sobre os materiais paleolíticos e a sua colecção de indústria de pedra lascada da região de Leiria (Ferreira, 2004) são bons exemplos do conhecimento que tinha acerca deste tipo de evidências arqueológicas, que poderia ter posto em prática nos numerosos

depósitos de terraço situados imediatamente a montante de Vila Velha de Ródão, município que frequentou.

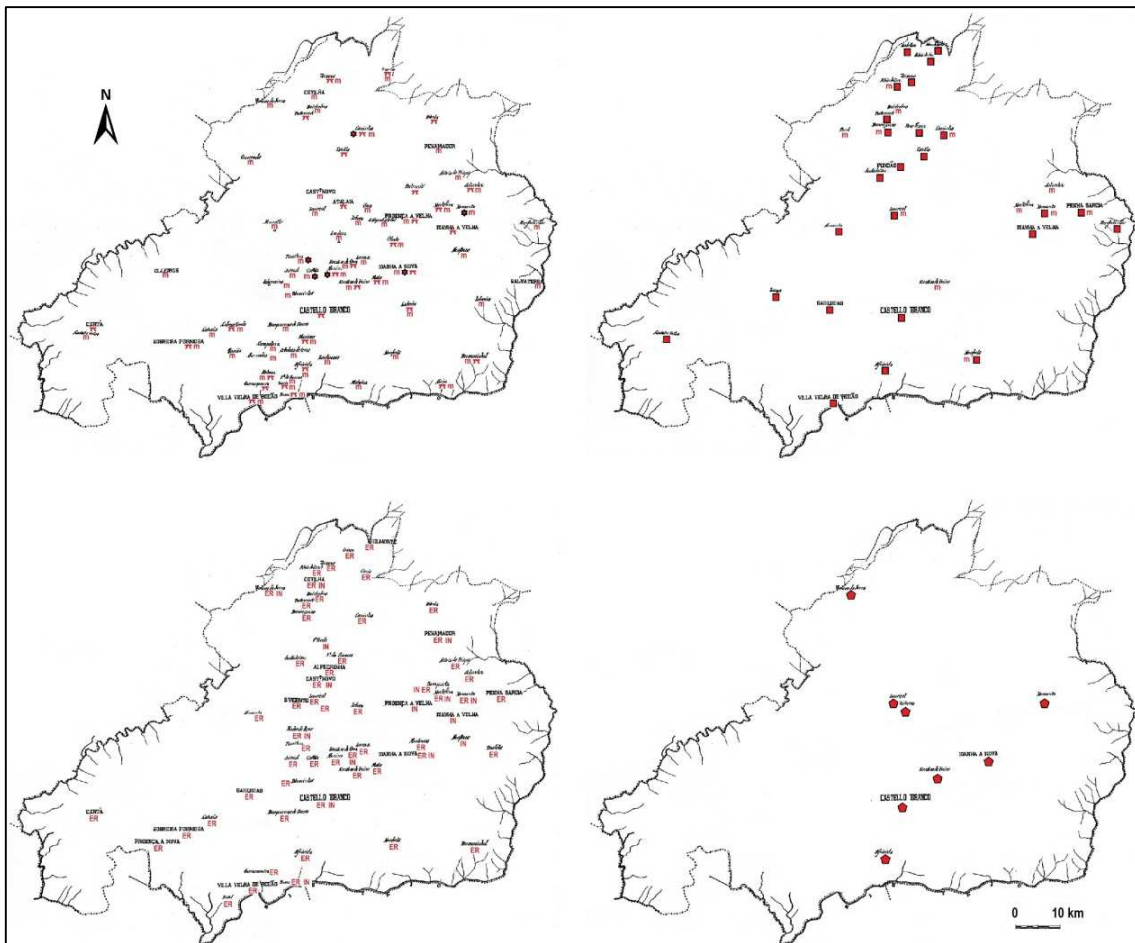


Figura 2. Adaptação da carta arqueológica do distrito de Castelo Branco (Proença Jr, 1910) com indicação das principais categorias de sítios. À esquerda em cima, Pré-História Recente: antas e túmulos (*tumuli*), estações neolíticas (estrela) e machados de pedra (m). À direita em cima, Proto-História: castros (quadrado) e machados de bronze (m). À esquerda em baixo, Época Romana: sítios (ER) e inscrições (IN). À direita em baixo, Época Medieval (atribuição nossa): sepulturas escavadas na rocha. Não se indicam os limites entre concelhos.

A carta arqueológica distrital, publicada por Proença Jr em 1910, representou um elevado desafio, atendendo à abrangência de 11 municípios, totalizando 6611 km<sup>2</sup>. Tal espaço seria muito dificilmente caracterizado por um único investigador no curto período de tempo de que dispôs até à publicação que decidiu legar-nos, razão pela qual muitos municípios, e em particular os mais distantes da capital de distrito, estão representados por escassos achados em poucos locais.

São os casos de Vila de Rei, no extremo ocidental do distrito, sem nenhuma ocorrência no inventário, ou de Oleiros com apenas dez *machados de pedra* reportados à sede de concelho. As ocorrências relativas ao município da Sertã estão reduzidas a duas localidades, a área da vila, com quatro *antas* e uma *estação romana*, e o Castelo Velho, com um *castro*, além de *sepulturas*, *machados de pedra* e *moedas*. No caso de Proença-a-Nova é curioso verificar que os registos se alinham ao longo da estrada nacional com passagem por Catraia (*machados de pedra*, uma gruta e uma possível exploração mineira romana), Sobreira Formosa (*antas*, *machados de pedra*, uma *sepultura em rocha*, um anel de ouro e *moedas*) e a vila de Proença-a-Nova (uma *estação romana* e *moedas*), não havendo informação sobre outras localidades deste município, ilustrando mais uma vez as limitações inerentes à distância em relação à sua base residencial, ao afastamento em relação a uma estrada nacional e eventualmente a outros factores (Caninas, 2012).

Esta rarefacção de vestígios arqueológicos na parte ocidental do distrito de Castelo Branco permaneceria durante largas dezenas de anos de tal modo que, em 1979, nas conclusões das 1as Jornadas de Arqueologia da Beira Baixa, foi afirmado que “*as próximas Jornadas Arqueológicas devem voltar a sua atenção para o estudo dos concelhos de Oleiros, Sertã, Vila de Rei e Proença-a-Nova. A Casa de Cultura deve encarregar-se, desde já, de promover o estudo em referência, através de todos os meios ao seu alcance*” (AA VV, 1986).

Numa observação geral da **Tabela 1**, complementada com a **Figura 2**, constata-se existirem diferenças significativas entre 1910 e 2016, nas quantidades relativas e na distribuição de pontos por municípios. Em 1910 o município de Castelo Branco assume posição de destaque, uma centralidade, com uma quantidade de sítios (160) superior à totalidade dos restantes quatro (90), seguindo-se, em quantidade, Idanha-a-Nova (44) e Vila Velha de Ródão (36), o que é explicável atendendo à base residencial de Proença Jr na cidade de

Castelo Branco; essa diferença acentua-se se incluirmos nesta contabilidade os *machados de pedra* (712 em Castelo Branco contra 424 nos restantes dez municípios). Em 2016 (**Tabela 1** e **Figura 3**) Castelo Branco é largamente ultrapassado por Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão, um município com 23% da área daquele, e até por Proença-a-Nova se considerarmos as quantidades de ocorrências indicadas pela AEAT, significando que passou para uma situação de marginalidade na investigação arqueológica, pelo menos ao nível da acção básica de actualização do inventário. Numa abordagem indiferenciada, por tipologias de sítios, verifica-se que as maiores densidades correspondem aos concelhos de Castelo Branco e de Vila Velha de Ródão.

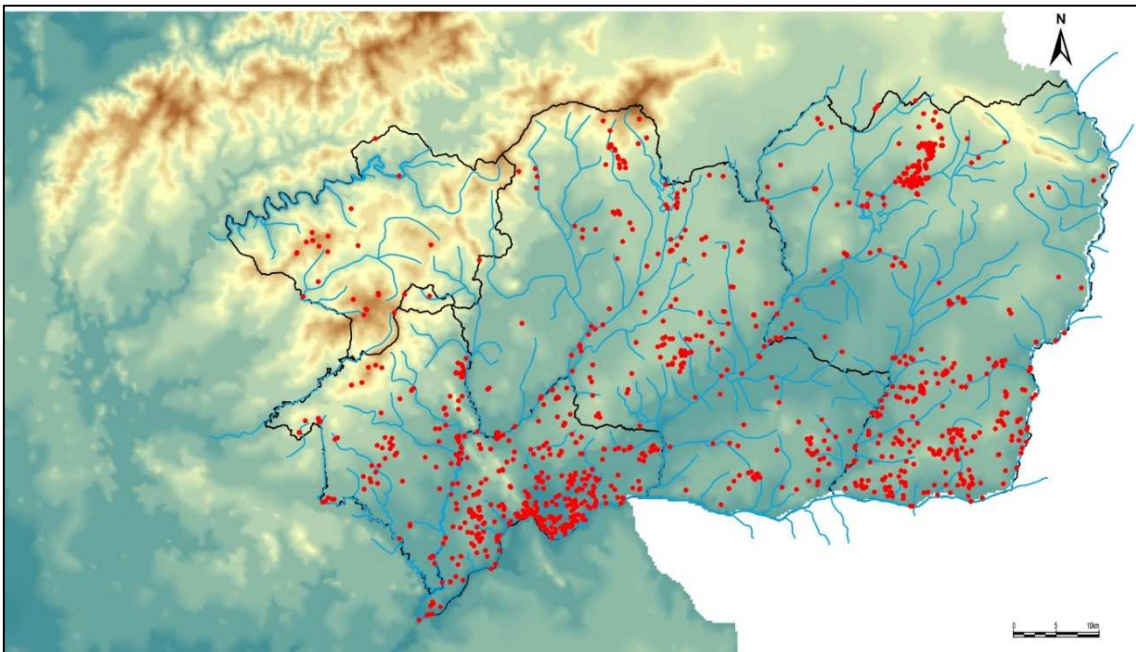


Figura 3. Distribuição de sítios (indiferenciados) registados no Endovélico (2016) nos municípios de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e Vila Velha de Ródão sobre mapa hipsométrico (fonte: DGPC Inventário).

Quanto à distribuição mais geral, ao nível distrital, verifica-se uma concentração de ocorrências, de todos os tipos, ao longo de uma faixa meridiana situada entre Vila Velha de Ródão e Covilhã/Fundão, que coincide com uma linha de trânsito antiga, hoje assinalada, por

exemplo, pela A23, e numa outra faixa, diagonal, entre Proença-a-Nova e Monsanto. Esta distribuição pode explicar-se por melhores condições de acessibilidade, embora também se possam invocar causas relacionais e de sociabilidade. Os vazios na parte ocidental do distrito, em espaço mais acidentado e de pequena propriedade, correspondem a zonas mais afastadas da capital de distrito, factor que poderá também explicar os vazios que se observam tanto a sudeste, nos latifúndios das freguesias meridionais de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, como a nordeste, em Penamacor, novamente em espaço acidentado. É curioso verificar que em Vila Velha de Ródão, Proença Jr dispõe de muita informação a oriente da serra das Talhadas, onde ocorre o latifúndio (freguesia de Perais), e que deixou incógnito numeroso e diversificado património arqueológico na parte ocidental daquele concelho, para lá da mesma serra, na freguesia de Fratel.

Observam-se assimetrias na distribuição distrital por tipologias (**Figura 2**). Sítios e achados pré-históricos têm uma distribuição elevada que acompanha as duas faixas mencionadas, embora as antas e os *tumuli* atinjam maior quantidade no Sul, nomeadamente no pequeno concelho de Vila Velha de Ródão (26), seguindo-se Castelo Branco (23) e Idanha-a-Nova (13), estes dois municípios com uma concentração comum conecta com uma necrópole dolménica, em torno da fronteira e do rio Ponsul, e os *machados de pedra* ocorram em maior quantidade em torno da cidade de Castelo Branco (186 exemplares) e a norte desta com destaque para Alcains (179) e Escalos de Baixo (120). Uma causa para estas quantidades também poderá estar no elevado investimento que Proença Jr dedicou à temática do megalitismo (Caninas, 2012; Ferreira, 2004), em variados estudos e escavações, em mais de 14 antas e *tumuli*. Ao invés os castros e os machados de bronze são mais numerosos a norte, entre o Fundão e Belmonte e na parte setentrional de Idanha-a-Nova.

Sintomáticas, talvez, da execução por Proença Jr de prospecções de campo são as cinco *estações neolíticas* que assinala em três

localidades (Alcains, Caféde e Tinalhas) a norte da cidade de Castelo Branco, e duas outras, em Monsanto e Idanha-a-Nova.

Outra temática que entusiasmou Proença Jr, patente na quantidade e na distribuição de sítios e achados no distrito de Castelo Branco (**Figura 2**), foi a da romanização (Ferreira, 2004), com escavações nomeadamente no chamado *triângulo* balizado por São Martinho, Santa Ana e Senhora de Mércules (Proença Jr, 1903), nas margens do rio Ocreza ou no sítio de Santiago, em Medelim, concelho de Idanha-a-Nova e com a formação de um significativo acervo museológico no qual se destacam as epígrafes funerárias e votivas romanas (20) e as moedas (320). A sua colecção continha uma grande diversidade de objectos resultados de recolhas no terreno e de doações como, por exemplo, *“uma conta de colar, magnífica, enorme, de calaíte, generosa oferta de meu colaborador no enriquecimento do Museu de C. Branco, o Sr. Joaquim Capelo Franco Frazão”*, proveniente do imponente monumento megalítico do Torrão, situado nos arredores de Idanha-a-Velha ou o singular tesouro proto-histórico encontrado em Monsanto da Beira. Sempre presentes no seu itinerário científico, as estelas descobertas em 1903 no monte de S. Martinho, extraordinário conjunto gráfico onde assentou a internacionalização do conhecimento arqueológico do distrito, adquiriu um estatuto emblemático do Museu, relevância e importância que se diluiu na diversidade informativa patenteada na *Archeologia*. Em 1910, anunciava Tavares Proença *«que brevemente serão novamente descriptos com bastante desenvolvimento, bem como outro achado posteriormente»*, objectivo que nunca haveria de concretizar.

## 2. Inventário em 2016

O inventário público em 2016 (**Figura 3**) embora mais numeroso, com mais 547% de sítios do que em 1910, continua marcado por acentuadas assimetrias na sua densidade e distribuição regional, conseqüente da ausência de uma política transversal de

actualização de inventários a nível municipal<sup>iii</sup>. O acervo actual resulta da iniciativa de inúmeros arqueólogos com enquadramentos, objectivos e focos espaciais muito diferenciados. Além da investigação, da valorização de sítios e do planeamento, no último quartel de século a arqueologia preventiva, de emergência e de salvamento, nomeadamente no âmbito da minimização de impactes de obras, públicas ou privadas, passou a ter um papel destacado no crescimento daquele inventário (Banha, 2016).

A tipologia de sítios abrangidos pelo inventário público atingiu uma diversidade muito superior à de 1910, com mais de uma centena de opções, e tem vindo a crescer por pressão da própria investigação com a inclusão, progressiva, de novas categorias (Caninas *et al*, 2013).

Neste período, os únicos inventários sistemáticos à escala distrital, que julgamos terem sido publicados, abordaram o megalitismo funerário (Leisner, 1998) e a romanização (Alarcão, 1988).

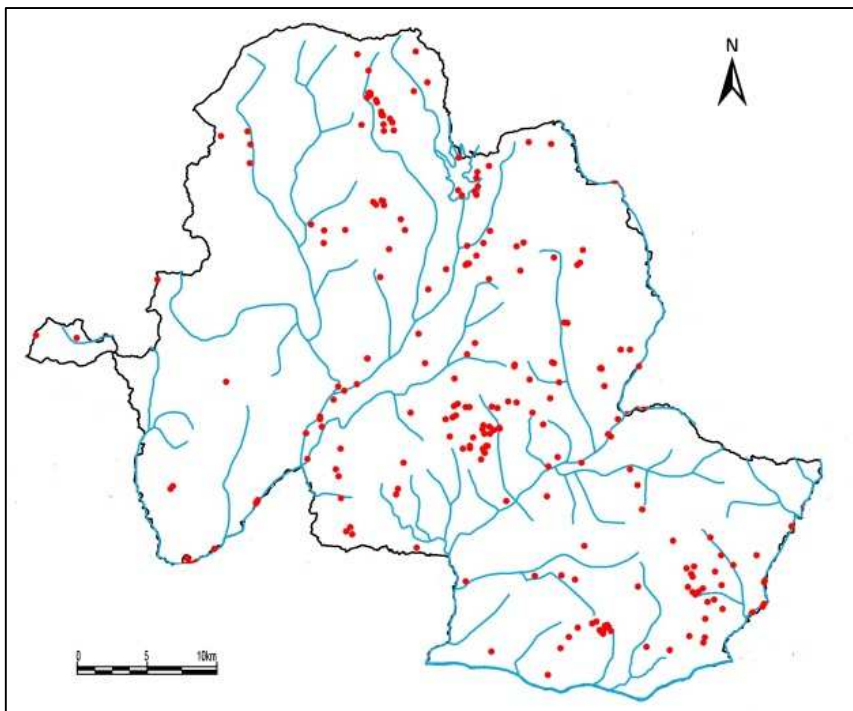


Figura 4. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Castelo Branco.

### 2.1. Em Castelo Branco (Figura 4)

Pode afirmar-se que a arqueologia de carácter científico se iniciou no concelho de Castelo Branco com Francisco Tavares de Proença Júnior, actividade que exerceu no primeiro decénio do séc. XX e que sintetizou na *Archeologia do Districto de Castello Branco* (1910) e em vários inéditos e notas de investigação. Naquele trabalho assinala, em 23 localidades, várias dezenas de monumentos e sítios arqueológicos de várias tipologias, nomeadamente, estações neolíticas (cinco), antas e *tumuli* (23), instrumentos de pedra polida (712), machados de bronze, vestígios romanos diversos, moedas, minas e sepulturas escavadas na rocha, que formam o maior acervo por município naquele distrito. Contemporâneo da acção de Proença Jr destaquemos o papel desempenhado pelo padre jesuíta Manuel Narciso Martins a partir do Colégio de São Fiel, notável instituição de ensino situado em Louriçal do Campo, na encosta sul da serra da Gardunha. Foi um dos principais informadores e doadores de Francisco Tavares Proença e a quem ficamos a dever uma primeira descrição e interpretação das realidades arqueológicas serranas, como foi o caso do povoado proto-histórico de Castelo Velho, assim descrito nas páginas da prestigiada revista científica *Brotéria*, órgão científico do colégio jesuíta: “*É ponto culminante, a uns 1110 m. de altitude, donde a vista abrange até grandes distancias para quasi todos os rumos. Fica-lhe sobretudo fronteira a grande planície a sueste, que poderíamos chamar o coração da antiga Lusitânia, à que da fronteira actual entre o Douro e o Tejo. (...) O ponto que servia principalmente de habitação e centro dos seus movimentos era um terreiro no cimo do morro, coroado de ameias naturaes a pique e inacessiveis, excepto por fendas, tapadas depois em grande trabalho. (...) inúmeros fragmentos dispersos de cerâmica tosca, por vezes ornados de lavores grosseiros, varios nas formas, materiais constitutivos e destino, são os indícios, ténues e quasi apagados, das moradas de irmãos nossos e talvez progenitores que assim viviam (...)*” (Martins, 1910).



Apontemos também, as iniciativas de inventário principalmente nos domínios dos grafismos rupestres do sul da Serra da Gardunha, do povoamento romano e medieval (Pessoa, 1924, 1932/1934), de escavação no monte de São Martinho, levadas a efeito pelo segundo director do Museu de Castelo Branco e sucessor científico de Tavares Proença, Manuel de Paiva Pessoa, durante a década de trinta do século passado. Na década de 70 do séc. XX surge, de modo informal, o Grupo Amador Juvenil de Arqueologia<sup>iv</sup>, com actividade nos concelhos de Castelo Branco, Vila Velha de Ródão, Nisa e curtas incursões em concelhos vizinhos como Proença-a-Nova, Idanha-a-Nova e mesmo Penamacor (Santos, 1992). Neste âmbito, em 1979, foi preparada uma síntese do inventário arqueológico obtido até àquela data, para divulgação no boletim informativo *Preservação*, informação não publicada devido a divergências formais. O documento então elaborado continha 137 ocorrências arqueológicas e seguia um modelo que foi utilizado em publicação referente aos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa (Henriques e Caninas, 1980). Em 1991 fez-se nova tentativa de divulgação deste inventário, contendo à data 161 registos, com idêntico insucesso, por falta de acordo entre os vários autores.

Desde 1978, até ao presente, foram publicadas notícias de descobertas (Leitão, 1979; AA VV, 1982) ou inventários parcelares, balizados por limites temáticos ou cronológicos, nomeadamente, sobre megalitismo (NRIA, 1979), sobre sepulturas escavadas na rocha (Leitão, 1978), sobre atalaias (Henriques *et al*, 2016b), sobre 68 ocorrências de cronologia romana distribuídas por diferentes freguesias do município (Leitão, 1994), ou por limites geográficos, casos da prospecção executada em 1986 por convite do Instituto Português do Património Cultural, na área a submergir pela barragem da Marateca, com identificação de 36 ocorrências de diferentes tipos e cronologias (Henriques e Caninas, 1986b), de 11 sítios na freguesia de Alcains (Leitão *et al.*, 1994), da carta arqueológica do Tejo Internacional, com 49 ocorrências nas freguesias de Monforte da Beira e de Malpica do

Tejo (Henriques *et al*, 1995), ou de trabalhos mais recentes (entre 2010 e 2014) de delimitação de uma extensa área mineira romana na margem direita do rio Ponsul, a jusante da ponte da Munheca (Henriques *et al*, 2016), que proporcionaram a identificação de outras tipologias de sítios.

A menor densidade de sítios na parte meridional do município de Castelo Branco, em Lentiscais, Malpica do Tejo e Monforte da Beira, por contraste com as áreas adjacentes de Vila Velha de Ródão e de Idanha-a-Nova (**Figura 3**), resulta, em parte, de a AEAT ter desistido de investir na prospecção deste sector devido à maior incidência de povoamentos industriais de eucalipto.

Neste município, atendendo à menor persistência e à menor intensidade da investigação arqueológica, com prospecção focada na descoberta de novos sítios, deve admitir-se que os estudos de avaliação ambiental de projectos e as consequentes acções de acompanhamento arqueológico de obras possam ter proporcionado uma maior contribuição relativa para o inventário arqueológico, como foi o caso do Aproveitamento Hidroeléctrico do Alvito (2009). Esta informação encontra-se vertida em relatórios, quase sempre inéditos<sup>v</sup>.

Mais recentemente, a SAMFTPJr acordou com o Município de Castelo Branco a elaboração da respectiva carta arqueológica<sup>vi</sup>.

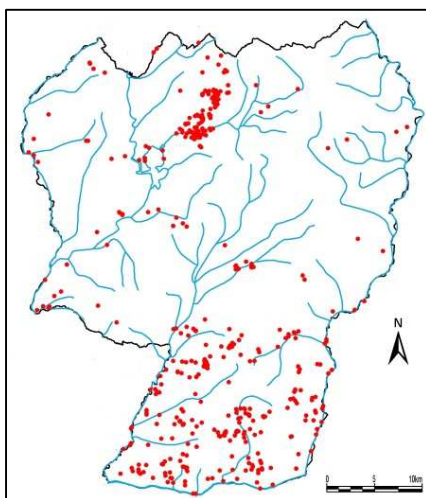


Figura 5. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Idanha-a-nova.

## 2.2. Em Idanha-a-Nova (Figura 5)

Idanha-a-Nova detém o mais elevado acervo de sítios arqueológicos, no conjunto dos cinco municípios que abordamos neste texto, quantidade que é proporcional à sua dimensão territorial embora com uma densidade inferior à de Vila Velha de Ródão, em resultado, talvez, da existência de muitos espaços lacunares, nas partes central e setentrional do município, à excepção de sector situado entre Idanha-a-Velha e Monsanto. A área meridional, com destaque para a freguesia de Rosmaninhal, apresenta uma densa mancha de sítios resultante da persistente prospecção executada pela AEAT na senda dos trabalhos pioneiros do Grupo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas de Rosmaninhal.

Até há cerca de quatro décadas atrás, a investigação arqueológica no concelho de Idanha-a-Nova centrou-se, quase exclusivamente, em Idanha-a-Velha, desde os trabalhos de Félix Alves Pereira, publicados no *Archeologo Português*, de 1909 (nº 14) a 1917 (nº 21), sob a rubrica *Ruínas de Ruínas* ou *Destroços Igeditanos*. Este foco de atenção deveu-se à excepcionalidade do sítio (Almeida, 1956) e especialmente à quantidade e à qualidade das epígrafes ali identificadas (Sá, 2007). Com o passar dos anos Idanha-a-Velha não perdeu importância científica, em termos arqueológicos, mas toda a área envolvente foi ganhando relevo pela diversidade e qualidade dos vestígios arqueológicos dados a conhecer por uma miríade de investigadores (síntese em Henriques *et al*, 2015). Sucederam-se vários projectos de investigação, de valorização e de divulgação, promovidos pela administração central (Côrte-Real, 1996) e local, na sua qualificação como aldeia histórica (Cristóvão, 2005), e por diferentes equipas de académicos (Carvalho, 2009; Sanchez-Ramos e Morin de Pablos, 2016)<sup>vii</sup>.

Para o concelho de Idanha-a-Nova identificam-se vários documentos com características de inventário e cartografia

arqueológica. O primeiro, e o único que cobre a totalidade do concelho, é a já referida *Archeologia do Districto de Castello Branco* (Proença Jr, 1910) com sítios e achados móveis em 16 diferentes localidades, tratados de modo muito desigual. Reproduzamos, por exemplo o modo como Tavares Proença apreendeu a sucessibilidade dos ritmos de ocupação de Idanha-a-Velha: *"Na própria povoação (...) além de vestígios importantes da influencia céltica revelada principalmente na linguagem epigráfica luso-romana, mostram-se-nos vestígios importantíssimos da influencia luso-romana. Além da quantidade de inscripções que tem ali aparecido e que já por si revelam a riqueza local na época luso-romana, revelam-nos essas inscripções que na mesma época ali existiram templos e um culto consagrado a divindades locais formandos um panthéon de caracter muito especial e local; que ali existiram grandes edifícios destinados a fins diversos; que ali viveram famílias opulentas que nos deixaram provas significativas do seu fausto nas pedras belamente lavradas das suas habitações, dos seus amplos, nas suas lapides sepulcraes, nas suas inscripções gravadas com extraordinaria perfeição e pintadas muitas vezes. A essa civilização que tão formidáveis vestígios ali deixou, sucedeu a influencia barbara que tudo destruiu em confundiu. Mais tarde esta cedeu o campo á nova civilização que se impunha e os templários ali construíram uma fortaleza e muralha utilizando os materiais dos templos, das habitações, do cemitério romano; metendo dentro das paredes das novas habitações, nas inscripções, os capitéis, as capiteis, as colunas, os frisos que a civilização romana ali deixara."*

Seguindo uma ordem cronológica, o segundo documento, *Subsídio para a Carta Arqueológica da Região Egitaniense* (Ferreira, 1978), circunscreve-se a área de 14 km<sup>2</sup>, com Alcafozes em posição central, Monsanto no limite norte e Idanha-a-Nova no limite oeste. Esta publicação resultou da permanência de O. da Veiga Ferreira, durante 15 anos (1956-1971), nas campanhas de escavação na Egitânia. Aquele arqueólogo assinala sítios de diferentes tipos e épocas, do

Paleolítico à Alta Idade Média, com destaque para o período Romano. São de realçar as descobertas pioneiras de artefactos em pedra lascada (Almeida e Ferreira, 1970) e de grafismos rupestres (Almeida e Ferreira, 1966). Refira-se ainda o elevado acervo de sepulturas megalíticas que dá a conhecer, uma das quais com dois menires, parte das quais escavou.

Anos mais tarde, a *Carta Arqueológica do Tejo Internacional* (Henriques *et al*, 1993), promovida pela AEAT, e apresentada publicamente numa Presidência Aberta sobre Ambiente, no mandato presidencial de Mário Soares, revela os resultados das prospecções executadas entre 1977 e 1992 na freguesia de Rosmaninhal, com 162 ocorrências representativas de amplo espectro tipológico e cronológico, desde o Neolítico, com 75% das ocorrências, até à Época Moderna. Posteriormente, também por iniciativa da AEAT, esse quadro foi enriquecido com trabalhos de prospecção generalista, documentados em sete relatórios, com 118 novas ocorrências, principalmente ao longo dos rios Erges, Aravil e Tejo, e na envolvente das povoações de Ladoeiro, Rosmaninhal, São Miguel de Acha, Segura e outras, e por estudos temáticos, dedicados, por exemplo, à arte rupestre (Nobre, 2008; Caninas *et al*, 2016), ao megalitismo (Cardoso *et al*, 2003), às sepulturas escavadas na rocha (Chambino *et al*, 2015), aos muros-apiários (Henriques *et al*, 2010) e às atalaias (Henriques *et al*, 2016b).

Mais tarde, a *Carta Arqueológica da Freguesia de Idanha-a-Velha* (Batista, 1998) compila os resultados de vários anos de prospecções e reconhecimentos com 100 ocorrências no espaço da antiga cidade de Idanha-a-Velha, organizadas em três sectores; no interior do circuito muralhado, no exterior do mesmo e fora da área da cidade. Como seria expectável, predominam sítios e achados de cronologia Romana e Romano-Medieval. No mesmo decénio, no âmbito de um Seminário de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi elaborado trabalho académico (Ruivo *et al*, 1991), que permanece inédito, focado na prospecção sistemática da área de Idanha-a-Velha.

Os resultados desta pesquisa foram utilizados em recente dissertação de mestrado defendida na mesma universidade (Matias, 2017).

Embora limitado ao Bronze Final não podemos deixar de referir o inventário de sítios e achados, apoiado em representação cartográfica, publicado por Raquel Vilaça no âmbito da elaboração da sua tese de doutoramento dedicada à Beira Interior (Vilaça, 1995).

A terminar, referimos a notícia relativa ao inventário arqueológico da freguesia de Monsanto (Henriques *et al*, 2008b) que contém 82 sítios de diferentes tipos e cronologias com predomínio de lagares escavados na rocha.

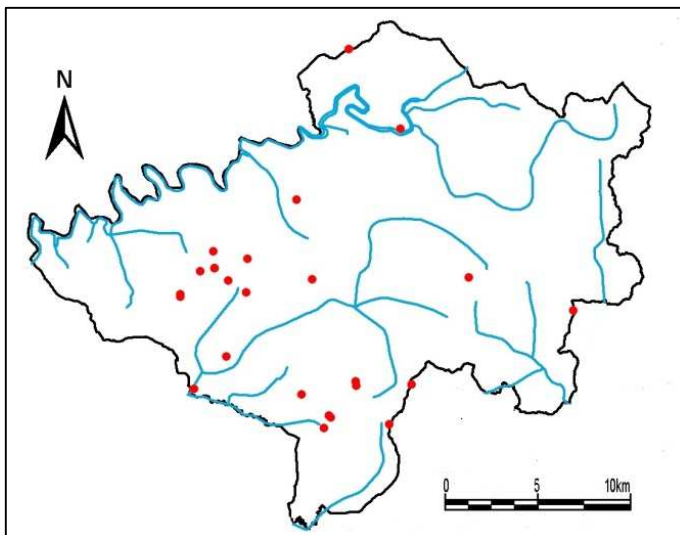


Figura 6. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Oleiros.

### 2.3. Em Oleiros (Figura 6)

No conjunto de cinco municípios abordados neste texto, Oleiros é o mais deficitário em quantidade e densidade de sítios arqueológicos (**Tabela 1**), circunstância que se poderá explicar, em parte, por razões de menor diversidade de investimentos, de maior isolamento no contexto regional e, ainda, de orografia acidentada e ocupação vegetal - com inserção no chamado Pinhal Interior -, menos favoráveis à prospecção de campo é à investigação arqueológica. A partir do início do séc. XXI os investimentos em infraestruturas de energia eólica

contribuíram para um incremento, temporário, da investigação arqueológica neste território, abrindo horizontes à identificação de novas tipologias de sítios (Caninas *et al*, 2008).

Até então, e excluindo a recolha de dez *machados de pedra*, para ingresso no museu municipal (Proença Jr, 1910: 11), a descoberta do castro do Picoto, erradamente atribuído ao concelho de Castelo Branco (Proença Jr, 2010: 14), e referências a sítios (mina) ou achados (tesouro), a visão mais sistemática do património arqueológico deste município deve-se a uma dissertação de mestrado sobre a Idade do Ferro e a Romanização, em espaço mais amplo balizado entre os rios Zêzere, Tejo e Ocreza, que atribui o início da ocupação deste território ao final da Idade do Bronze (Batata, 2006). Devem ainda referir-se os estudos de achados romanos em Vale do Souto (Diogo e Neto, 2000) e de uma pequena estatueta romana, de touro, em bronze (Gomes, 2004), cuja atribuição à serra de Oleiros<sup>ix</sup> nos suscita dúvidas quanto à sua real proveniência.

No presente, a informação disponível na AEAT, em preparação para publicação, é muito superior à que consta no Endovélico, distribuindo-se sobretudo na Serra Vermelha, entre a ribeira da Sertã (ou de Oleiros) e o rio Zêzere, e em menor quantidade noutros relevos deste concelho onde se localizaram os vários equipamentos do Projecto Eólico do Pinhal Interior, do Grupo GENERG. Os trabalhos de prospecção executados no âmbito da avaliação ambiental deste projecto revelaram um insuspeito, numeroso e diversificado conjunto de estruturas monticulares (*tumuli*) atribuíveis a rituais funerários pré-históricos e grafismos rupestres. Foi ainda possível investigar, com recurso a sondagens e escavações manuais, alguns dos sítios identificados nas proximidades das infraestruturas deste projecto, nomeadamente os *tumuli* de Vale de Mós, de Cimo dos Valeiros e de Selada do Cavalo (Caninas *et al*, 2011, 2014, 2015), trabalhos que permitiram perspectivar uma ocupação mais antiga desta área, atribuível ao Neolítico.

Após o acompanhamento ambiental do referido projecto eólico, a AEAT complementou as prospecções anteriores sobretudo em zonas de cumeada com a identificação de outros tipos de sítios, nomeadamente arte rupestre, recintos muralhados na serra do Muradal (por iniciativa do Geoparque Naturtejo no âmbito da definição do Trilho Apalachiano) e algumas estruturas militares integráveis no dispositivo da chamada Linha Defensiva das Talhadas-Muradal (Henriques, 2016; Monteiro, 2012).

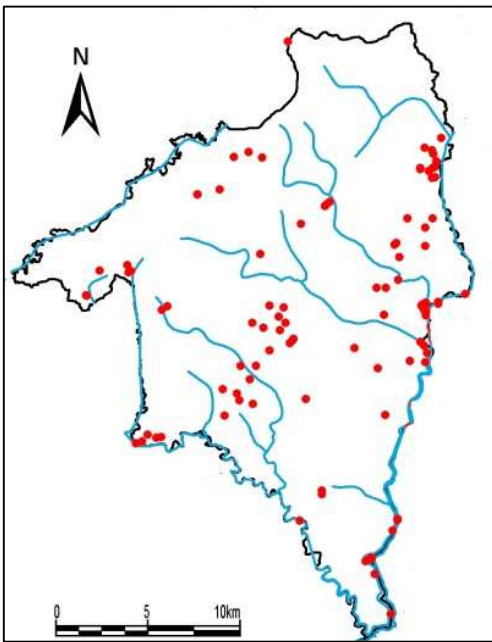


Figura 7. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Proença-a-nova.

#### **2.4. Em Proença-a-Nova (Figura 7)**

Depois da referência episódica de Francisco Tavares de Proença Júnior (1910) a diversos sítios e achados, a arqueologia neste município renasce, também episodicamente embora com importantes resultados, com a passagem de Georg e Vera Leisner, em 1945, de que resultou o reconhecimento de um numeroso conjunto de sepulturas megalíticas, publicado postumamente (Leisner, 1998). A partir do último quartel do séc. XX a AEAT dá início a prospecções até ao presente. A primeira escavação arqueológica neste município acontece em 2007, no forte das Baterias (Monteiro & Pereira, 2008), quase 100



anos depois da escavação da anta da Urgueira, em Vila Velha de Ródão. Mas, de 2012 a 2016 realizaram-se 13 escavações em sete diferentes sítios arqueológicos, no âmbito das actividades do *Campo Arqueológico (Internacional) de Proença-a-Nova (CAPN)*, enquadradas desde 2015 no projecto de investigação *Mesopotamos - Povoamento entre o 5º e o 1º milénio AC entre os rios Tejo e Zêzere na actual Beira Baixa*.

O CAPN, constituído para dar execução à parceria estabelecida entre a AEAT e Câmara Municipal de Proença-a-Nova, tem proporcionado uma continuidade de acção de dimensão internacional, focada em áreas específicas como a investigação, a valorização, a formação e a divulgação pública do património<sup>x</sup>. Até ao momento, foram realizados trabalhos de escavação arqueológica nas sepulturas megalíticas de Cão do Ribeiro, do Cimo do Vale de Alvito e do Cabeço da Anta, nos sítios muralhados do Chão de Galego e do Castelo do Chão do Trigo, no pequeno abrigo da Dobra da Albarda, no forte das Batarías e na bateria das Batarías. Dois destes sítios, a anta do Cão do Ribeiro e o forte das Batarías, estão musealizados e integrados em dois circuitos de visita criados pelo município, respectivamente, *História na Paisagem e Pela Linha de Defesa*.

Embora com uma quantidade de ocorrências inferior a Idanha-a-Nova e a Vila Velha de Ródão, mas com a segunda maior densidade (**Tabela 1**), detém sítios de elevada relevância cultural e científica (Henriques *et al*, 2016c) como são as sepulturas megalíticas das Moitas, e em particular o Cabeço da Anta, a maior e a melhor conservada desta região (Caninas *et al.*, no prelo), as estruturas militares da chamada *LDTM - Linha Defensiva das Talhadas-Muradal* (Henriques *et al*, 2002; Monteiro, 2012, 2013) e o recinto murado, monumental e enigmático, do Chão de Galego (Félix *et al*, 2017).

O primeiro documento relativo a achados arqueológicos no concelho de Proença-a-Nova é da autoria de Francisco Tavares de Proença Júnior (Proença Jr, 1910) que assinala, na área da Sobreira Formosa, seis antas, seis machados de pedra polida, uma sepultura

romana com um anel em ouro e sete moedas de cobre do mesmo período. Na área da vila documenta uma estação romana e duas moedas de bronze, da mesma época. Em Catraia Cimeira, ou área envolvente, assinala uma mina da época romana, na serra, que pode estar associada ao topónimo Ferrarias, e obtém sete machados de pedra polida para o seu acervo museológico. Nos inéditos daquele investigador existem informações, pioneiras, relativas a uma visita aos fortes e baterias que relaciona com as invasões francesas (Antunes, 2008:153).

Em 1945, Georg e Vera Leisner percorreram parte deste território focando-se unicamente no fenómeno megalítico. Da sua curta estada resultaram novas descobertas, embora acompanhadas de raras descrições, de plantas de cinco monumentos (Leisner, 1998) e da fotografia de um deles (Leisner e Leisner, 1956). Em obra póstuma, foi publicado um inventário de 95 sepulturas megalíticas, com a respectiva cartografia (Leisner, 1998). Outras paragens e outros interesses inviabilizaram o regresso destes investigadores a Proença-a-Nova e ao estudo daqueles monumentos.

A partir de 1977 a AEAT passou a dedicar particular atenção ao concelho de Proença-a-Nova. Os primeiros registos surgem em apêndice à *Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão e Nisa* (Henriques e Caninas, 1980 e 1986), onde se assinalam 12 ocorrências de interesse arqueológico. Na última década do séc. XX e na primeira do séc. XXI realizaram-se novas campanhas de prospecção arqueológica, ao abrigo de vários projectos.

No ano 2000, os resultados do *Projecto Altejo – Pré-História Recente na Margem Direita do Alto Tejo Português* foram documentados em relatório, enviado à tutela, contendo 63 novos sítios distribuídos por todo o território. Nos primeiros anos deste século os trabalhos de cartografia arqueológica incidiram sobre as estruturas militares que constituem a LDTM, e foi numa dessas estruturas, o forte

das Baterias, que em 2007 se realizou, como referido, a primeira escavação arqueológica neste concelho.

Em 2016 foi elaborado outro relatório de cartografia arqueológica, com 68 novos registos, e publicada uma síntese de conhecimentos acerca da Arqueologia de Proença-a-Nova (Henriques *et al*, 2016c), a partir da qual se encontra em preparação a edição circunstanciada destes resultados, em livro.

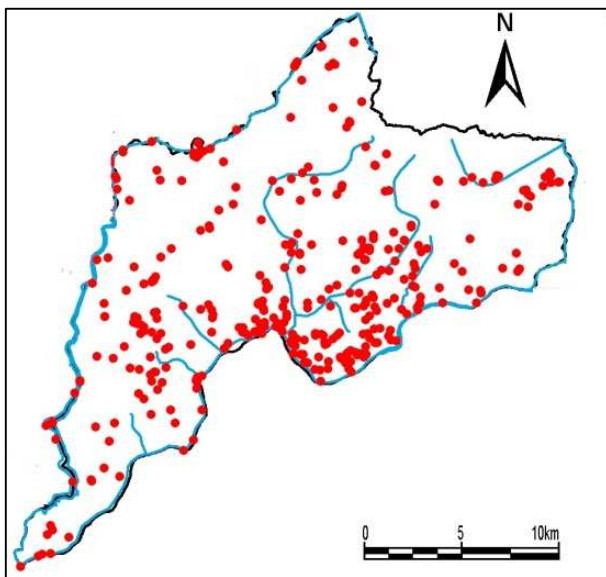


Figura 8. Distribuição de sítios do Endovélico (fonte: DGPC, 2016) no município de Vila Velha de Ródão.

### **2.5. Em Vila Velha de Ródão (Figura 8)**

Em resultado de um continuado processo de prospecção e escavação arqueológica, desde os anos 70 do séc. XX, Vila Velha de Ródão detém uma posição de destaque no contexto regional (Silva, 2010) pela quantidade, diversidade e valor do seu património, atingindo uma relevância internacional, nomeadamente com o complexo de arte rupestre do Tejo (Anati, 1975; Serrão *et al*, 1972; Gomes, 2010)<sup>xi</sup>, com os sítios de ocupação paleolítica (GEPP, 1977; Raposo, 1987) ou, mais recentemente, com a diversificada rede de vestígios de exploração aurífera em época romana (Henriques *et al*, 2011). Este território também foi beneficiado por um investimento em investigação geoarqueológica com a datação absoluta dos depósitos de

terraço do rio Tejo (Cunha *et al*, 2008), em correlação com as diferentes fases da sua ocupação durante a Pré-História Antiga.

Este património foi bafejado pela investigação aplicada, bem cedo (1904, 1905 e 1906), com as escavações de Proença Jr em diversas sepulturas megalíticas e de uma forma modelar como se comprova na publicação relativa à anta da Urgueira (Proença Jr, 1909), a única que nos legou sobre este tipo de sítios.

Este município foi beneficiado com vários documentos com características de inventário arqueológico apoiado em representação cartográfica. O primeiro foi da responsabilidade de Francisco Tavares de Proença Júnior e integrou o já referido inventário distrital (Proença Jr, 1910), com a mais elevada densidade de sítios arqueológicos, a par de Castelo Branco, no conjunto dos cinco municípios em análise.

Nas décadas de 70 e 80 do século passado a arqueologia de Ródão foi protagonizada por dois importantes acontecimentos. O primeiro, em 1971, corresponde à descoberta da arte rupestre do Tejo, cujos trabalhos de salvaguarda pelo registo se prolongaram até 1974, devido à prevista submersão pela albufeira da barragem de Fratel. A intervenção em causa mobilizou várias dezenas de participantes dando lugar a vasta bibliografia e criando uma nova geração de arqueólogos (Silva, 1996). O mais completo inventário deste conjunto específico de sítios foi tornado público no âmbito de uma tese de doutoramento (Gomes, 2010). O segundo acontecimento foi a descoberta de numerosos assentamentos, datados do Paleolítico Inferior e, principalmente, do Paleolítico Médio, como Monte Famaco, Fonte das Virtudes, Foz do Enxarrique e, mais recentemente, Cobrinhos (Pereira *et al*, 2019). Estes trabalhos colocaram a área de Ródão num patamar superior da investigação arqueológica, em Portugal, pelos meios mobilizados, pelas técnicas inovadoras ali aplicadas e pelos resultados obtidos.

Em meados dos anos 80 (séc. XX) o concelho de Vila Velha de Ródão passou a dispor de informação arqueológica sistematizada, com

carácter público, sobre a generalidade do seu território, materializada na carta arqueológica, conjunta, dos concelhos de Vila Velha de Ródão e de Nisa (Henriques e Caninas, 1980). Este documento, com 95 ocorrências, de amplo espectro temporal e de tipologia muito diversificada, resultou das acções de prospecção iniciadas pelos signatários a partir da década de 70, tendo beneficiado da informação obtida nessa mesma década pela pesquisa de enquadramento arqueológico da arte rupestre do Tejo (Serrão e Serrão, 1973). O terceiro contributo corresponde à continuação do trabalho anterior, na mesma área geográfica, contempla 138 novas ocorrências, de vários tipos e épocas, e inaugura a inclusão de novas tipologias como concheiras e muros de sirga (Henriques e Caninas, 1986). No mesmo ano foi publicado um inventário de 52 ocorrências, abrangendo unicamente a freguesia de Fratel (Henriques *et al*, 1986).

A quarta contribuição, relativa à totalidade do território municipal, resultou do pedido endereçado à AEAT, em 1991, pelo então presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Inspector Baptista Martins (NRIA, 1992), de providenciar uma carta arqueológica para inclusão na planta de condicionantes do primeiro plano director municipal. Para o efeito foi elaborada uma base de dados com 224 ocorrências e a respectiva localização em folhas da Cartas Militar de Portugal (escala de 1:25000).

Em 2005 o inventário arqueológico estava profundamente desactualizado, com a existência de novas descobertas, com a destruição ou a degradação de diversos sítios<sup>xii</sup>, mas também por deficiências nas metodologias adoptadas nos registos antecedentes. Impunha-se fazer a sua actualização, com a revisitação dos sítios já conhecidos e a identificação de outros em áreas lacunares (caso da Charneca de Ródão). O trabalho de campo para o cumprimento deste objectivo realizou-se, principalmente, entre 2005 a 2007 (Henriques *et al*, 2008) no âmbito da revisão do plano director municipal, mediante protocolo estabelecido entre a Câmara Municipal de Vila Velha de

Ródão e a AEAT, e deu origem a uma base dados com 490 ocorrências. Está em preparação a edição destes resultados em livro.

### 3. Considerações finais

Da exposição que fizemos são patentes as insuficiências quantitativas e as lacunas espaciais no inventário<sup>xiii</sup> georreferenciado de sítios arqueológicos na maioria dos cinco municípios da CIMBB abrangidos por este estudo, principalmente em Castelo Branco (2 sítios por 10 km<sup>2</sup>, de acordo com a informação da DGPC na **Tabela 1**), Oleiros (2 sítios por 10 km<sup>2</sup>, de acordo com a informação da AEAT na **Tabela 1**, e casos seguintes) e Idanha-a-Nova (4 sítios por 10 km<sup>2</sup>). Embora em situação mais favorável, com 6 sítios por 10 km<sup>2</sup>, Proença-a-Nova carece de um esforço de incremento do seu inventário arqueológico imóvel, objectivo que tem sido apoiado pelo município no âmbito da revisão do plano director municipal e do CAPN. Em posição destacada encontra-se Vila Velha de Ródão com 15 sítios por 10 km<sup>2</sup>, devido à acção continuada da AEAT e ao apoio do município, em dois momentos correspondentes à elaboração e à revisão do plano director municipal. Este conhecimento foi liderado maioritariamente por arqueólogos, a título individual ou integrados em associações e projectos de investigação. Num segundo plano, registam-se iniciativas lideradas por municípios<sup>xiv</sup>, na obtenção da já referida informação para os seus instrumentos de planeamento, e por empresas no âmbito da avaliação ambiental de projectos ou na minimização dos impactes de obras.

A insuficiência do inventário arqueológico é agravada pela inexistência de uma política municipal de gestão activa deste património, como recurso essencial para o conhecimento e para o desenvolvimento, tal como vem sendo preconizado (Caninas e Custódio, 2018). Esta situação poderá ficar consideravelmente agravada, a prazo, com a intenção governamental de alijar as responsabilidades que a Administração Central detém neste domínio,

transferindo-as para as autarquias locais. Essa intenção só é aceitável se acompanhada dos meios adequados bem como de critérios universais quanto ao valor deste património e à prioridade da sua salvaguarda, que impeçam a liberalidade de políticas municipais determinadas por visões pessoais adversas à salvaguarda deste património.

Nestas condições, consideramos essencial que os municípios actualizem os seus inventários arqueológicos, nomeadamente em áreas lacunares, em áreas de potencial de interesse ou em zonas de risco, com projecção de resultados nos instrumentos de planeamento. Em acréscimo, o licenciamento municipal deve tomar em considerações a informação disponível e a adopção de boas práticas adequadas à salvaguarda dos sítios, ou do conhecimento acerca destes, nos termos da Lei. Por último, devem promover uma gestão activa destes recursos, a monitorização periódica do seu estado de conservação, incluindo uma comunicação positiva com os proprietários, e a constituição de reservas de materiais arqueológicos, também nos termos da Lei.

Poderíamos dar liberdade à elaboração de outros cenários de evolução do inventário arqueológico nesta região e da investigação dos seus sítios, imaginando o que poderia acontecer se Francisco Tavares de Proença Júnior tivesse vivido uma vida longa, de 90 anos, nesta região; seria provavelmente mais rica em conhecimento acerca de inúmeros sítios, entretanto destruídos pelas actividades produtivas, e, em particular, da maioria das suas escavações cujos resultados se perderam.

Convoquemos as premonitórias palavras que o fundador da arqueologia regional da Beira revelou nessa grande cartografia do seu intenso percurso de trabalho delimitado no título *Archeologia do Districto de Castello Branco - 1º contribuição para o seu estudo*: “À medida que caminhava por esta selva escura, cada vez mais e mais me convencia de que o que nós principalmente devemos ter em vista

*é reunir um conjunto de factos, de observações e de estudos para o formidável trabalho de conjunto que só os que nos sucederem poderão completar quem sabe ainda quando. Nas poucas paginas que vão seguir-se, rígidas e frias – facta, non verba – estão os primeiros materiaes para o edifício magnifico futuro”.*

Um futuro que anseia edificar uma grande arquitectura que revele os ritmos, os tempos, as presenças e as ausências da longa história da paisagem cultural deste território hoje interior.

### **Agradecimentos**

Ao arqueólogo João Marques, da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, pelo convite para apresentar este contributo. À arqueóloga Ana Sofia Gomes, da Direcção Geral do Património Cultural, pela disponibilização da informação constante na figura 3. Aos arqueólogos Joana Bizarro (Câmara Municipal de Fundão), Elisabete Robalo (Câmara Municipal de Belmonte) e Marcos Osório (Câmara Municipal do Sabugal), pelas informações que tiveram a gentileza de nos prestar. E a Francisco Tavares de Proença Júnior pelo conhecimento que nos legou.

### **Bibliografia**

AA VV (1982) - Castelo Branco. Informação Arqueológica, 2. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa: 13-16.

AA VV (1986) - Livro das 1as Jornadas de Arqueologia da Beira Baixa (1979). ARCINPE Associação Regional Arqueológica e Defesa do Património dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Penamacor. Castelo Branco: 132.

AA VV (2010) - Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008). Oosterbeek, L., editor. Materiaes, número especial. Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 308.



AA VV (2016) - Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco. Vilaça, R., coord. Câmara Municipal de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares de Proença Jr. Castelo Branco: 518.

ALARCÃO, J. (1988) - Roman Portugal. Aris & Philips. Warminster.

ALMEIDA, D. F. (1956) - Egitânia – História e Arqueologia. Publicações da Universidade de Letras da Universidade de Lisboa.

ALMEIDA, D. F.; FERREIRA, O. da V. (1966) - Descoberta das primeiras insculpturas com figuração humana estilizada nos arredores de Idanha-a-Velha. *Lucerna*, 5. Porto: 425-433.

ALMEIDA, D. F.; FERREIRA, O. da V. (1970) - Descoberta de uma estação languedocense em Idanha-a-Velha. Actas das I Jornadas Arqueológicas, vol. 1. Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa: 235-240.

ANATI, E. (1975) - Incisioni Rupestri Nell'Alta Valle del Fiume Tajo (Portogallo). *Bolletino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, 12. Brescia: 156-160.

ANTUNES, L. F. A. R. (2008) - Francisco Tavares Proença Júnior: um arqueólogo moderno na Pré-História da Arqueologia Portuguesa? *Arkeos*, 22. CEIPHAR Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. Tomar: 39-172.

BANHA, C. (2016) - A arqueologia na Beira Interior (distritos de Castelo Branco e da Guarda): perspectiva da evolução da actividade arqueológica nas duas últimas décadas. In Raquel Vilaça, coordenadora, Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015). Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 475-486.

BAPTISTA, A. M. (1981) - A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo. *Monografias Arqueológicas*, I. Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Porto: 85.

BAPTISTA, A. M.; MARTINS, M. M; SERRÃO E. C (1978) - Felskunst im Tejo-Tal, São Simão (Nisa, Portalegre, Portugal). Madrider Mitteilungen, 19. Madrid: 89-101.

BATATA, C. (1998) - Carta arqueológica do concelho de Sertã. Câmara Municipal de Sertã. Sertã: 96.

BATATA, C. (2006) - Idade do Ferro e Romanização ente os rios Zêzere, Tejo e Ocreza. Trabalhos de Arqueologia, 46. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

BATATA, C.; GASPAR, F. (2013) - Carta arqueológica do concelho de Vila de Rei. Município de Vila de Rei e Ozecarus Lda. Vila de Rei: 160.

BATISTA, J. (1998) - Carta arqueológica da freguesia de Idanha-a-Velha. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 116.

CANINAS, J. (2012) - As construções funerárias da Pré-História Recente na região de Castelo Branco no contexto da Carta Arqueológica regional. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 287.

CANINAS, J.; CANHA, A.; HENRIQUES, F.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, M.; LIMA, A.; CHAMBINO, M. (2013) - Tão importante como registar é saber o que procurar para registar. 2º Workshop "Critérios de Avaliação de Impactes sobre o Património – o Registo". CHAIA / Laboratório de Arqueologia Pinho Monteiro (UE). Évora, 12 de Março de 2011. In Estudos de Arqueologia e Património Cultural, 1 (2013): 172-187. [www.emerita.pt](http://www.emerita.pt)

CANINAS, J.; CUSTÓDIO, J. (2018) - Associativismo na construção da salvaguarda e conservação do património cultural/natural. Revista Património, 5 (2017-2018). Direcção-Geral do Património Cultural. Lisboa: 60-70.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, J. L.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; CARVALHO, E. (2015) - The tumuli of Selada do Cavalo (Serra Vermelha, county of Oleiros, district of Castelo Branco). II International Conference of Transition Archaeology. BAR (British Archaeological Reports) International, Series 2708. Edited by Leonor

Rocha, Primitiva Bueno Ramírez and Gertrudes Branco. Oxford: 291-305.

CANINAS, J.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; NETO DE CARVALHO, C.; PEREIRA, A.; HENRIQUES, F. Robles; MENDES, C.; CARVALHO, E. (no prelo) - A look at Proença-a-Nova's Megalithism (Beira Baixa Intermunicipal Community, UNESCO Global Geopark Naturtejo, Portugal). In Mega-talks 2: megaliths and geology. Redondo, 19 e 20 de novembro de 2015.

CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; PEREIRA, A.; CARVALHO, E.; HENRIQUES, F.; GOMES, J. A.; FERNANDES, L. (2014) - The mound at Cimo dos Valeiros (Serra Vermelha, Oleiros, Castelo Branco). A Neolithic burial site in the Central Cordillera, south of Serra da Estrela. Comunicação apresentada na Mesa Redonda A Morte Protegida, Discursos Arqueográficos e Discursos Mentais, IPT, CPH.IPT, AEAT, Ass. Cultural, Beira Serra e outros, e 11 de Maio de 2013, Abrantes. BAR (British Archaeological Reports) International, Series 2648, Edited by Ana Cruz, Enrique Cerrillo-Cuenca, Primitiva Bueno Ramírez, João Carlos Caninas e Carlos Batata. Oxford: 45-60.

CANINAS, J.; PIRES, H.; HENRIQUES, F.; CHAMBINO, M. (2016) - Rock art in Portugal's border area. Rock Art Research, 33 (1). Australian Rock Art Research Association. Melbourne.

CANINAS, J.; SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; GERMANO, A.; MONTEIRO, J. L.; CARVALHO, E.; BATISTA, Á.; CANHA, A.; CHAMBINO, M. (2011) - Tumulus de Vale de Mós 1 (Serra Vermelha, Oleiros). Açafa on line, 4. Vila Velha de Ródão: 50. [www.altotejo.org](http://www.altotejo.org)

CANINAS, J.; SABROSA, A.; HENRIQUES, F.; MONTEIRO, J. L.; CARVALHO, E.; BATISTA, A.; CHAMBINO, M.; HENRIQUES, F. R.; MONTEIRO, M.; CANHA, A.; CARVALHO, L.; GERMANO, A. (2008) - Novos dados para o conhecimento da Pré-História Recente do Maciço Central na Beira Interior Sul. Tumuli e Gravuras Rupestres na Serra Vermelha e na Serra de Alvélos (Oleiros – Castelo Branco). Actas das

I Jornadas do Património de Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte. Belmonte: 1-38.

CARDOSO, J. L. (2010) - Francisco Tavares Proença Júnior, no quadro da Arqueologia Portuguesa do início do século XX. Actas do Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro. Castelo Branco, 2008. In *Materiaes*, número especial, Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 17-45.

CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (2003) - Investigações recentes do megalitismo funerário na região do Tejo Internacional (Idanha-a-Nova). *O Arqueólogo Português*. Série IV, 21. Lisboa: 151-207.

CARVALHO, P. (2007) - Cova da Beira, ocupação e exploração do território na época romana. Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Fundão: 590.

CARVALHO, P. (2009) - O forvm dos Igaeditani e os primeiros tempos da Civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). *Archivo Español de Arqueologia*, 82: 115-131.

CHAMBINO, M.; HENRIQUES, F. & CANINAS, J. C. (2015) - Sepulturas escavadas na rocha da freguesia de Rosmaninhal (Idanha-a-Nova). Actas do II Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: o mundo funerário. CHAIA /Universidade de Évora (29 de Abril a 1 de Maio de 2013). Évora: 272-288.

COFFIN, A. (1976) - L'âge du bronze au musée Tavares Proença Júnior, Castelo Branco, Portugal. Castelo Branco.

CÔRTE-REAL, A. (1996) - Estação arqueológica de Idanha-a-Velha: acções desenvolvidas pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro no âmbito do estudo, conservação e valorização do sítio (1987-199). *Materiais*, 0 (2) (2ª Série, ano 1). Castelo Branco: 21-44.

CRISTÓVÃO, J. L. (2005) - Breve estudo sobre a organização do espaço público e os equipamentos urbanos da cidade de Idanha-A-Velha (dos

finais do século I A.C. ao limiar do século IV). In Lusitanos e Romanos no Nordeste da Lusitânia: Actas das II Jornadas de Património da Beira Interior. Centro de Estudos Ibéricos (Guarda, 21 e 22 de Outubro de 2004). Guarda: 189-204.

CUNHA, P. P.; MARTINS, A. A.; HUOT, S.; MURRAY, A.; RAPOSO, L. (2008) - Dating the Tejo River lower terraces in the Ródão area (Portugal) to assess the role of tectonics and uplift. *Geomorphology*, 102, 43-54. doi:10.1016/j.geomorph.2007.05.019.

DIAS, J. L. (1972) - Francisco Tavares de Proença Júnior Fundador do Museu de Castelo Branco (Vida e Obras). *Estudos de Castelo Branco*. Castelo Branco, 40. Castelo Branco.

DIOGO, A. M. D.; NETO, J. L. (2000) - Estudo de achados romanos no Vale do Souto, Concelho de Oleiros. Edição da Câmara Municipal de Oleiros. Oleiros: 25.

FABIÃO, C. (2004) - O arqueólogo Francisco Tavares de Proença Júnior. Catálogo da Exposição "Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Jr. Castelo Branco: 12-27.

FÉLIX, P.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F.; MENDES, C. (2017) - O recinto muralhado de Chão de Galego (Montes da Senhora, Proença-a-Nova): contextualização e problemática. Há 70 anos o Castelo Velho do Caratão. *Arkeos*, 41. Mação: 77-91.

FERREIRA, A. M., coord. (2004) - Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus. Castelo Branco: 261.

FERREIRA, O. da V. (1978) - Subsídio para a Carta Arqueológica da Região Egitanense. *Setúbal Arqueológica*, 4. Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal. Setúbal: 227-240.

FERRO, S. (2017) - Contribuição para a carta arqueológica de Penamacor: sítios inéditos. *Almadan on line*, 21 (3), 2ª série. Centro de Arqueologia de Almada. Almada: 28-45.

GARCIA, L. P. (1974) - Manuel Pessoa. Um esquecido. Estudos de Castelo Branco, 48-49. Castelo Branco: 48-51.

GOMES, M. V. (2004) - Touro, de bronze, da Serra de Oleiros (Beira Baixa). Catálogo da Exposição "Arqueologia: colecções de Francisco Tavares de Proença Júnior. Instituto Português de Museus / Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 86-89.

GOMES, M.V. (2010) - Arte rupestre do Vale do Tejo: um ciclo artístico-cultural Pré e Proto-Histórico. Dissertação de doutoramento em História, especialidade de Arqueologia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

GRUPO PARA O ESTUDO DO PALEOLÍTICO PORTUGUÊS (1977) - Estudo do Paleolítico na Área de Ródão. O Arqueólogo Português, 7-9 (3ª série). Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: 31-47.

HENRIQUES, F. (2016) - Relatório das prospecções arqueológicas executadas em 2014-2015. Projecto Mesopotamos. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 58.

HENRIQUES, F.; BATATA, C.; CHAMBINO, M.; CANINAS, J.; CUNHA, P. P. (2011) - Mineração aurífera antiga, a céu aberto, no Centro e Sul do distrito de Castelo Branco. Actas do VI Simpósio Sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu. Vila Velha de Ródão. Editor Carlos Batata. Abrantes: 215-246.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1980) - Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1986) - Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica, Vila Velha de Ródão.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J. (1986b) - Levantamento arqueológico na área a submergir pela Barragem da Marateca (Castelo Branco). II Jornadas da Beira Interior, 2. Jornal do Fundão. Fundão: 189-198.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; BAPTISTA, J.; HENRIQUES, A. T.; PEQUITO, A.; MARQUES, F. J.; AFONSO, V. (1986c) - Carta

Arqueológica do Concelho de Vila Velha de Ródão. Informação Arqueológica, 6. Instituto Português do Património Cultural. Lisboa: 9-22.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; NETO DE CARVALHO, C.; CHAMBINO, M. (2016) - Exploração aurífera antiga no rio Ponsul. Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia da Região de Castelo Branco. Sociedade dos Amigos do Museu de Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 307-323.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (1993) - Carta Arqueológica do Tejo Internacional, 3 (Idanha-a-Nova). Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 299.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (1995) - Carta Arqueológica do Tejo Internacional, 2 (Castelo Branco). Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 119.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2008) - Carta Arqueológica de Vila Velha de Ródão: uma leitura actualizada dos dados da Pré-História Recente. In P. Bueno-Ramirez, R. Barroso-Bermejo & R. de Balbín-Berhmann, Graphical markers and megalith builders in the International Tagus, Iberian Península. Oxford: British Archaeological Reports, BAR International Series, 1765. Oxford: 79-88.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CORREIA, F. B. (2002) - As estruturas militares da serra das Talhadas (concelhos de Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Nisa). Actas do Colóquio "As Invasões Peninsulares e a Região de Rodão" (Vila Velha de Ródão, Maio de 2000). Açafa, 5. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 43-71.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M.; CAMISÃO, V. (2008b) - Cartografia arqueológica da freguesia de Monsanto (Idanha-a-Nova): primeira notícia. Açafa on line, 1. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 14.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M.; PRATA, J. T.; GARDETE, J. (2010) - Os muros-apiários da região de Castelo Branco e zona

envolvente. Açafa on line, 3. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 149.

HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MONTEIRO, M.; FÉLIX, P.; PEREIRA, A.; MENDES, C.; CARVALHO, E. (2016c) - Arqueologia de Proença-a-Nova: estado dos conhecimentos. In Raquel Vilaça, coord., Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015). Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 447-474.

HENRIQUES, F.; MONTEIRO, M.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2016b) - Atalaias da Raia na Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa: olhos de um território aberto a leste e a sul. Açafa on line, 11. Associação de Estudos do Alto Tejo & Centro Português de Geo-História e Pré-História. Vila Velha de Ródão: 69-91.

HENRIQUES, F.; SALVADO, P.; CANINAS, J.; CHAMBINO, M. (2015) - Apontamentos sobre a investigação arqueológica no concelho de Idanha-a-Nova. Açafa on line, 10. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 246-273.

LADRA, L. (2018) - Arqueologia industrial na Beira Baixa: moinhos hidráulicos no rio Ocreza. Lema d´Origem. Carviçais.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1956) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen. Deutsches Archaologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York.

LEISNER, V. (1998) - Die Megalithgraber Der Iberischen Halbinsel, Der Westen. Deutsches Archaologisches Institut, Walter de Gruyter. Berlin, New York: 162.

LEITÃO, M. (1978) - As sepulturas escavadas na rocha nos arredores de Castelo Branco. Sellivum, 1. Marmelais de Baixo: 2 e 10.

LEITÃO, M. (1979) - Volta do Pinto e Volta (Castelo Branco). Informação Arqueológica, 1. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho: 20.



LEITÃO, M. (1994) - Vestígios romanos do concelho de Castelo Branco. *Trebarvna*, 3. Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Castelo Branco: 23-40.

LEITÃO, M.; RIBEIRO, A.; BARATA, L. (1994) - Subsídios para um inventário arqueológico do concelho de Castelo Branco: I (Alcains). *ARA*, 18. Centro de Estudos Epigráficos da Beira. Castelo Branco: 1-4.

MARQUES, A. A. C. (2000) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Belmonte (Castelo Branco). *Beira Interior História e Património*, Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior. Guarda: 351-359.

MARTINS, A. C. (2016) - Francisco Tavares Proença Júnior (1883-1916) e a arqueologia em Castelo Branco na viragem para o século XX: textos, contextos e (des)venturas. In Raquel Vilaça, coordenadora, *Actas do II Congresso Internacional de Arqueologia na região de Castelo Branco (10-12 de Abril de 2015)*. Município de Castelo Branco e Sociedade dos Amigos do Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Castelo Branco: 25-60.

MARTINS, M. (1910) - *A Serra da Gardunha*. Brotéria. Separata. Lisboa.

MATIAS, A. S. (2017) - Povoamento rural romano e usos potenciais da terra em torno da capital da civitas Igaeditanorum (Idanha-a-Velha, Portugal). Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, M. (2012) - A Linha Defensiva das Talhadas-Moradal: um ensaio sobre a tipologia das estruturas militares identificadas. *Açafa on line*, 5. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 33-68.

MONTEIRO, M. (2013) - A Linha das Talhadas-Moradal e o sistema defensivo de Abrantes. Resultados dos trabalhos de prospecção arqueológica e de pesquisa documental. *Açafa on line*, 6. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 113-203.

MONTEIRO, M.; PEREIRA, A. (2008) - O forte das Batarrias sobre a Ribeira do Alvito (Proença-a-Nova): análise preliminar da intervenção arqueológica. Açafa on line, 1. Associação de Estudos do Alto Tejo. Vila Velha de Ródão: 75.

NOBRE, L. (2008) - Arte rupestre Pré-Histórica da margem esquerda do Rio Erges. Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, Arkeos – Perspectivas em Diálogo, 24. Tomar. Em CD-Rom anexo.

NÚCLEO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA (1979) - Inventário dos monumentos dolménicos do concelho de Castelo Branco. Preservação, 2. Núcleo Regional de Investigação Arqueológica. Vila Velha de Ródão: 14-16.

NÚCLEO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA (1992) - Notícias diversas. Alto Tejo, 11. Vila Velha de Ródão: 3.

PEREIRA, T.; CUNHA, P. P.; MARTINS, A.A.; NORA, D.; PAIXÃO, E.; FIGUEIREDO, O.; RAPOSO, L.; HENRIQUES, F.; CANINAS, J.; MOURA, D.; BRIDGLAND, D. (2019) - Geoarchaeology of the Cobrinhos site (Vila Velha de Ródão, Portugal) - a record of the earliest Mousterian in western Iberia. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 24 (2019) 640–654.

PESSOA, M. P. (1924) - Antiguidades e origens de Castelo Branco. *Revista das Beiras*, 14. Coimbra: 4-7.

PESSOA, M. P. (1932-1934) - Insculpturas e figuras rupestres de Lourçal do Campo. *Revista de Arqueologia*, 1. Lisboa: 119-124.

PLÁCIDO, L.; MARQUES, C. S. (1980) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho - Período Romano. Comunicação apresentada às 1ª Jornadas Arqueológicas da Beira Baixa (1979). Policopiado.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1903) - Antiguidades. 1. Resultado de explorações feitas nos arredores de Castello Branco em Setembro e Outubro de 1903. Typographia França Amado. Coimbra.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1909) - Anta da Urgueira. Typographia Leiriense. Leiria.

PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) - Archeologia do districto de Castello Branco: 1ª contribuição para o seu estudo. Typographia Leiriense. Leiria: 25.

RAPOSO, L. (1987) - Os mais antigos vestígios de ocupação humana paleolítica na região de Ródão. Da Pré-História à História. Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Editorial Delta. Lisboa: 153-178.

ROSA, J. M.; BIZARRO, J. (2013) - Arqueologia do concelho do Fundão: contributos para a carta arqueológica. Ebrobriga, 8. Museu Arqueológico Municipal José Monteiro. Fundão.

RUIVO, J.; FERNANDES, L. S.; CARVALHO, P. C. (1991) - Um ensaio de prospecção sistemática na área de Idanha-a-Velha. Seminário de Arqueologia: trabalho académico policopiado. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

SÁ, A. M. (2007) - Civitas Igaeditanorum - Os Deuses e os Homens. Município de Idanha-a-Nova. Idanha-a-Nova.

SALVADO, A. (1978) - "Rudimentos de Archeologia" um inédito de Francisco Tavares Proença Júnior. Estudos de Castelo Branco, nova série, 4. Castelo Branco: 3-30.

SALVADO, P. M.; BAPTISTA, J. (2016) - A revista "Materiaes para o estudo das antiguidades portuguesas" (1910-2010). Materiaes, série 3, 1. Castelo Branco: 153-167.

SANCHEZ-RAMOS, I.; MORIN DE PABLOS, J. (2016) - Idanha-a-Velha: guía arqueológica. Como: 68.

SANTOS, J. M. B. (1982) - Subsídios para a carta arqueológica do concelho de Penamacor até ao domínio romano. Actas e Memórias do I Colóquio Arqueológico de Arqueologia e História do Concelho de Penamacor (1979). ARCINPE. Penamacor: 71-79.

SERRÃO, E. C.; LEMOS, F. S.; MONTEIRO, J. P.; QUEROL, M. A.; LOPES, S. R.; JORGE, V. O. (1972) - O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão - Nisa): notícia Preliminar. Arqueologia e História, 4, 9ª série. Lisboa: 9-38.

SERRÃO, V. M.; SERRÃO, E. C. (1973) - Ensaio de enquadramento arqueo-lógico do complexo de arte rupestre do Vale do Tejo (capítulo 2, de um relatório apresentado pelo Grupo para o Estudo do Paleolítico Português à Fundação Calouste Gulbenkian). Relatório inédito.

SILVA, A. C. (1996) - A Geração do Tejo. In Luis Raposo e António Carlos Silva, A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia. Publicações Europa-América. Mem Martins: 293-296.

SILVA, A. C. (2010) - O Ródão e a Arqueologia portuguesa do último quartel do século XX. Encruzilhadas de mudança. Congresso Internacional de Arqueologia "Cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008)". Museu Francisco Tavares de Proença Júnior. Castelo Branco: 81-105.

VICENTE, A. P. (2007) - Guerra Peninsular (1801-1814). Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal. Academia Portuguesa da História e Quidnovi. Lisboa: 104.

VILAÇA, R. (1995) - Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze. Trabalhos de Arqueologia, 9. IPPAR, 2 volumes. Lisboa.

VILAÇA, R. (2016) - Francisco de Tavares Proença Júnior em 33 imagens. SAMFTPJ. Castelo Branco.

---

<sup>i</sup> Este texto corresponde a comunicação apresentada no Colóquio de Homenagem a Francisco Tavares de Proença Jr (1883 – 1916), organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, em Lisboa, em 11 de outubro de 2016.

<sup>ii</sup> A 2ª série saiu com um número único que publicou, em 1996, as actas das 1<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia da Beira Interior (Castelo Branco, 1991) e, em 2010, foi publicado um número especial com as actas do 1º Congresso Internacional.

<sup>iii</sup> Os municípios que mais têm valorizado este objectivo, em grande parte por influência da AEAT, são Vila Velha de Ródão e Proença-a-Nova. Em Vila Velha de Ródão e em Proença-a-Nova o inventário, apoiado em prospecção de campo, tem vindo a ser actualizado tanto no âmbito de projectos de investigação como da actualização dos respectivos planos directores municipais.

<sup>iv</sup> Nome que manteve até 1975, data em que passou a Núcleo Regional de Investigação Arqueológica e em 1988 a Associação de Estudos do Alto Tejo, já com personalidade jurídica.

<sup>v</sup> Uma excepção que deve ser mencionada corresponde à publicação dos moinhos hidráulicos caracterizados no âmbito da avaliação ambiental do projecto da barragem do Alvito (Ladra, 2018).

---

<sup>vi</sup> A concretização da carta arqueológica do concelho continua num impasse. A intenção em recair na SAMFTPJr, conjuntamente com a AEAT, a coordenação da sua efectivação teve o seu início com a realização no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, no dia 30 de Novembro de 2013, da “Mesa Redonda Arqueologia em Castelo Branco: uma paisagem cultural com futuro”.

<sup>vii</sup> Não cabe citar neste texto as numerosas publicações e relatórios produzidos por Jorge Morin de Pablos e Isabel Sánchez Ramos, acessíveis nas respectivas páginas na Academia.edu, relativas à investigação e divulgação do património arqueológico de Idanha-a-Velha.

<sup>viii</sup> Estações paleolíticas, sepulturas megalíticas, menires, sítios com arte rupestre (pintura e gravura), um castro, pontes romanas, uma barragem romana, lagariças e sepulturas romanas isoladas ou agrupadas em necrópole.

<sup>ix</sup> Em Oleiros não existe uma mas várias serras com distintos nomes que não Oleiros. Será proveniente da Serra de Olelas, situada a sul de Castelo Branco? Pode tratar-se de uma imprecisão atribuível ao colector ou ao informante.

<sup>x</sup> <http://archaeologicalfieldcamps-portugal.pt>

<sup>xi</sup> É inviável citar a numerosa bibliografia relativa a este conjunto de sítios. Algumas publicações proporcionam informação pormenorizada acerca da localização destas ocorrências nomeadamente em Fratel (Baptista, 1981) e Cachão de São Simão (Baptista *et al*, 1978).

<sup>xiii</sup> A actualização deste inventário proporcionou a oportunidade de quantificar e identificar as causas de degradação de sítios arqueológicos (Henriques *et al*, 2008: 87).

<sup>xii</sup> A “carta arqueológica nacional” é um projecto acalentado desde há muito tempo pela comunidade arqueológica e pela administração central do Estado, mas que só foi concretizada por esta, em edição gráfica, no Algarve.

<sup>xiv</sup> Concomitante com a falta de liderança dos municípios na actualização periódica dos inventários de recursos arqueológicos dos seus territórios é a produção editorial (local) dedicada a este tema, que se poderá qualificar de marginal quando comparada com a de outros distritos do território continental, desde o Estado Novo, com destaque, talvez, para o de Viseu.

